

O SISTEMA CAPITALISTA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: NARRATIVAS EM DISPUTA

Jandira Augusta Guimarães¹; Paulo Maia de Moura²; Joélia Mara da Costa³; Sirneto Vicente da Silva⁴; Daniele Kelly Lima de Oliveira⁵

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE)

Limoeiro do Norte/CE, Brasil. E-mail: jandira0670@gmail.com

²Graduando do Curso de História da Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM) Limoeiro do Norte/CE, Brasil. E-mail:

maia.moura@aluno.uece.br

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino

(PPGEEN/UECE) Limoeiro do Norte/CE, Brasil. E-mail: joelia.costa@aluno.uece.br

⁴Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) Limoeiro do Norte/CE, Brasil. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN/UECE). E-mail: sirneto.silva@uece.br.

⁵Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UEVA) Sobral/CE, Brasil. E-mail: dankel28@yahoo.com.br

Introdução

A temática em tela constitui uma discussão fulcral, fundamentando-se na premissa de que a sociedade capitalista é repleta de contradições que reverberam na educação brasileira marcada por políticas de agenda neoliberal que visam precarizar o trabalho, enfraquecer os movimentos sociais e eliminar as conquistas sociais. Em relação à educação, o Brasil passou por uma série de reformas durante a década de 1990, incluindo a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394/96. Nesse contexto de reformas até os dias atuais, a formação de professores, tanto inicial quanto continuada, está voltada para políticas neoliberais que seguem a lógica de produção e trabalho capitalista.

Neste sentido, este estudo procura responder alguns questionamentos ao analisarmos a formação dos professores no cenário da sociedade capitalista: que projetos formativos estão voltados aos nossos professores/as? Quais os impactos na formação docente desse projeto que se materializa por meio das políticas neoliberais? Essas questões estão interligadas ao processo de ensino e aprendizagem e fomenta o debate entre pesquisadores e professores no campo da educação brasileira.

Para tanto, este trabalho tem como objetivo analisar criticamente a formação de professores e os efeitos do gerencialismo nas políticas de formação de professores e seus impactos na estrutura organizacional da prática pedagógica na sociedade capitalista.

Metodologia

As discussões apresentadas neste estudo surgem dos encontros do “Grupo de Estudos Alfabetização de Crianças, Formação de Professores e Psicologia Histórico-Cultural” (GEALFAFORPHCULTURAL) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e “Grupo de Pesquisas e Estudos em Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade” (GPEEMPODERAR) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA). Os grupos mencionados possuem uma base marxiana e analisam temáticas sob a perspectiva da dialética. Dessa forma, o método de análise empregado é o materialismo histórico-dialético, uma vez que

contribui para a reflexão e o questionamento da realidade e da totalidade social, considerando as diversas determinações que são impulsionadas por contradições.

Para a elaboração deste trabalho, empregou-se o estudo bibliográfico e documental como técnica de pesquisa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de pesquisas já realizadas e publicadas, utilizando das contribuições de diversos autores, principalmente em livros ou artigos científicos. No pensamento de Gil (2008, p. 50), “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Em relação à pesquisa documental, concentra-se na análise de documentos como fontes de dados. Gil (2008, p. 51) destaca: “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Neste estudo, relacionado à Política de Formação de Professores, enfatizamos um recorte de três documentos que norteiam essa política: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei n.º 9.394/96), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) e a Resolução CNE/CP n.º 4, de 29 de maio de 2024.

A base teórica deste estudo, é composta por pesquisadores e pesquisadoras que abordam a formação de professores sob a perspectiva do capital. Entre eles, podemos citar: Duarte (2003), Laval (2019), Saviani (2008), Silva, Conceição e Brito (2022), Tonet (2003).

Resultados e discussões

Ao longo dos anos, a formação de professores na sociedade capitalista tem inquietado narrativas em disputa com debates acalorados sobre a formação docente. Há quem defenda que a formação de professores deve ser instrumental, centrando-se em competências e habilidades técnicas e na execução de tarefas. Os defensores da gestão gerencialista apoiam esse modelo na busca por metas e bônus, além da privatização do setor público com parcerias de institutos e fundações. Neste viés, o professor é visto como técnico em vez de intelectual comprometendo a sua autonomia pedagógica. Essa abordagem conta com o suporte de uma rede integrada de fundações, institutos corporativos, grandes conglomerados educacionais e setores governamentais. Esse é o projeto formativo que está posto atualmente aos/as professores/as para a Educação Básica.

Silva, Conceição e Brito (2022, p. 6) afirmam que “Na sociedade capitalista, não há possibilidade de uma formação humana assentada no desenvolvimento pleno das capacidades dos indivíduos de terem uma vida e trabalhos dignos, muito menos qualidade de vida”. Segundo os autores, a sociedade capitalista fragmenta o sujeito que, como trabalhador, perde a conexão da sua própria essência criativa e tudo se transforma em mercadoria.

Em oposição a esse modelo de formação, existem os que defendem a formação de professores na perspectiva omnilateral. Esse modelo de formação, respaldado por teóricos do marxismo, objetiva o desenvolvimento integral do ser humano em todas as suas dimensões, além da humanização do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, o papel do professor transforma-se de técnico para intelectual, instigando a compreensão crítica da realidade ao unir a teoria científica à prática social, com a convicção de que o conhecimento é um instrumento para a transformação da realidade material. Também é importante enfatizar que, nessa abordagem, a atividade docente deve ser um processo dialético que envolve as dimensões políticas, éticas, epistemológicas e ontológicas que se interconectam. Para Tonet (2003), é relevante o relato sobre uma educação emancipadora:

Propor, hoje, uma “educação emancipadora” não pode passar da simples projeção de um desejo, de um discurso humanista abstrato. O que é possível fazer, hoje, a nosso ver, são atividades educativas que apontem no sentido da emancipação [...]. O conjunto da educação só poderá adquirir um caráter predominantemente emancipador à medida que a matriz da sociabilidade emancipada – o trabalho associado – fizer pender a balança para o lado da efetiva superação da sociabilidade do capital (Tonet, 2003, p. 214, grifos do original).

Compreende-se que sob a influência do capital, a educação emancipatória não é possível, uma vez que a escola é vista como espaço privilegiado para ser explorado pelo capital e de maneira a contribuir com padrões que estabelecem as relações sociais em bases econômicas. Ao mesmo tempo, segundo o autor, é possível realizar atividades educativas que promovam práticas pedagógicas humanizadas, além da lógica do capital, buscando compreender e intervir na estrutura de poder do capitalismo.

Quanto aos impactos na formação de professores desse projeto do capital, que se materializa por meio das políticas neoliberais, observam-se o seguinte: evidencia-se uma lógica de mercado nas formações baseado em eficiência e produtividade, a padronização dos currículos de licenciatura, a perda da autonomia pedagógica, a precarização do trabalho docente, o adoecimento mental e esgotamento devido à pressão das avaliações externas. Na relação social, o capital nega a própria essência humana. As relações interpessoais neste contexto são marcadas pela exploração, dominação e alienação. E assim, a educação não é concebida como um direito social, mas uma ferramenta de manutenção e reprodução da ideologia dominante.

Nesta esteira, o Estado capitalista, enquanto aparelho ideológico, atua na função de mascarar as realidades sociais e impulsiona as políticas neoliberais. De fato, essa precarização educacional vigente não forma para a emancipação do sujeito. A reflexão de Laval (2019) é relevante para a situação atual da educação no Brasil. Ele aponta que predomina uma ideologia centrada na eficiência econômica, que converte as escolas em empresas e considera pais e alunos como clientes. Além disso, há uma padronização nas políticas educacionais associadas a órgãos multilaterais que transformam a educação em mercadoria.

A política de Formação de Professores no Brasil é composta por um conjunto de leis, diretrizes e resoluções federais que estabelecem os parâmetros para a formação inicial (licenciatura) e continuada. A seguir, o quadro com o recorte dos principais documentos:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96	“Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2017	“Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação”.
Resolução CNE/CP nº 04/2024	“Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura), definindo

	fundamentos, princípios, base comum nacional, perfil do egresso, estrutura e currículo a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das Instituições de Educação Superior - IES que as ofertam”.
--	---

Fonte: elaborada pelos/as autores/as a partir dos documentos originais.

Esses documentos evidenciam o controle neoliberal no campo de formação de professores e sua influência na prática docente, ao promover o ensino baseado em competências com o objetivo de integrar educação e trabalho.

Duarte (2003) reflete que a pedagogia das competências adota uma nova roupagem em conformidade com as regras do capital. Em uma sociedade baseada no capitalismo, a preocupação surge em razão da predominância de várias abordagens pedagógicas, incluindo as pedagogias do "aprender a aprender". Portanto, essa abordagem ganha relevância nas políticas de formação de professores e administração escolar, tanto no Brasil, quanto em entre outros países.

O sistema educacional brasileiro legitima essa política curricular baseada em competências na formação de professores, o foco é aprender de forma independente, ratificando o “aprender a aprender” deslegitimando os conhecimentos clássicos produzidos pela humanidade. A responsabilização dos professores com avaliações internacionais padronizadas, representa outro discurso, como um instrumento de controle e ranqueamento das escolas dentro de uma agenda global que espelha as políticas e os interesses econômicos do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Dessa forma, a sociedade capitalista impacta profundamente na educação e na prática docente, estabelecendo políticas de competição, associadas a uma pedagogia das competências e do neotecnismo, bem como, com formações continuadas terceirizadas vinculadas a organizações empresariais, prevalecendo o esvaziamento do currículo, a flexibilização das práticas educacionais e a precarização das condições de trabalho dos docentes, entre outros fatores.

Por fim, no campo da formação de professores na sociedade capitalista, evidencia-se um trabalho fragmentado, com uma abordagem pragmática e precarizada, destacando no trabalho docente a racionalidade técnica instrumental. É preciso instigar que a emancipação humana vai além da estrutura de classes e do trabalho explorado. Entende-se que as relações mais humanizadas e menos focadas no mercado exigem uma nova concepção de educação e sociedade, em que o desenvolvimento do conhecimento ocorre de maneira dialética e coletiva.

Conclusões

Diante do exposto, podemos afirmar que a formação de professores condicionada ao desenvolvimento de habilidades e competências práticas, fomenta a descaracterização da profissão docente, pois apresenta uma lógica homogeneizante focada em avaliações, controle e coerção profissional dos processos educativos, coordenado por setores gerencialistas atendendo a uma lógica empresarial dos organismos multilaterais, cumprindo regras capitalistas da competitividade e do individualismo. Neste sentido, o professor torna-se um treinador de conteúdos padronizados para a submissão de avaliações que, por sua vez, são mensurados para compor indicadores que revelam uma escola supostamente adequada ao modelo de sociedade vigente.

Conclui-se, então, que a formação do profissional docente, alinhada às reflexões de suas bases epistemológicas, fundamenta a relação teoria e prática, constituindo assim o processo formativo dos sujeitos socioculturais. Para tanto, faz-se necessário persistir na luta, estudando,

questionando as políticas neoliberais e na defesa de uma pedagogia humanizadora no processo formativo do educador, além de um currículo sistematizado que seja construído com os conhecimentos acumulados e vivenciados pela humanidade. Ademais que a ação educativa transcenda as fronteiras do ambiente escolar para projetos globais e utópicos.

Palavras-Chave: Política Neoliberal; Políticas Curriculares; Educação Brasileira.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 19 jul. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

Acesso em: 6 jan. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 4/2024, de 29 de maio de 2024.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=258171-rcp004-24&category_slug=junho-2024&Itemid=30192. Acesso em: 1 nov. 2024.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialético em filosofia da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6ª. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2019.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil:** história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação).

TONET, I. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, A. D. de; FIGUEIREDO, F. (orgs). **Trabalho, Sociabilidade e Educação.** Fortaleza: Editora UFC, 2003.

SILVA, S. V. da; CONCEIÇÃO, J. L. M; BRITO, L. H. de. A organização pedagógica do trabalho docente: uma análise crítica no contexto do Programa Aprendizagem na Idade Certa. **Revista Cocar.** V.17 N.35/2022 p.1-21 ISSN: 2237-0315. Disponível em:

<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5252>. Acesso em: 28 mai. 2024.